
ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio do Prof. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – O Drama, Hoje, do Direito Penal</i>	XVII
<i>Prefácio do Prof. Rui Cunha Martins</i>	XXXIII
<i>Apresentação da Prof.ª Maria Auxiliadora Minahim</i>	XXXIX

TÍTULO I – PROPEDEÚTICA E TEORIA DA LEI PENAL

Capítulo I – Conceito, Objeto e Método do Direito Penal	3
1.1. Delimitação do Estudo e Objeto da Investigação	3
1.2. Conceito de Direito Penal	3
1.2.1. Construção de uma Definição Normativa	3
1.2.2. Significado Político da Definição de Direito Penal	8
1.3. Direito Penal Objetivo e Subjetivo. Crítica da Viabilidade da Distinção	10
1.4. Objeto do Direito Penal	13
1.5. Método do Direito Penal	15
1.5.1. Escorço Histórico sobre o Método Penal	15
1.5.2. O Método Atual: o Pós-POSITIVISMO	19
1.6. Síntese Conclusiva	20
Capítulo II – Escorço Histórico do Direito Penal	23
2.1. Introdução à Notícia Histórica da Formação do Direito Penal	23
2.2. Direito Penal da Sociedade Primitiva	24
2.3. Direito Penal em Roma	27
2.4. Direito Penal na Idade Média	28
2.5. Idade Moderna	33
2.6. Direito Penal Liberal: Consolidação da Legalidade	36
Capítulo III – Direito Penal e Estado	41
3.1. Apresentação do Tema	41
3.2. Direito Penal e Estado Teocrático	42

3.3. Direito Penal e Estado Totalitário.....	48
3.4. Direito Penal e Estado de Direito.....	53
Capítulo IV – Princípio da Legalidade Penal	57
4.1. Considerações Iniciais.....	57
4.2. Proibição de Analogia (<i>Nullum Crimen, Nulla Poena Sine Lege Stricta</i>).....	58
4.3. Exigência de Lei Certa (<i>Nullum Crimen, Nulla Poena Sine Lege Certa</i>).....	61
4.4. Exigência de Lei Escrita (<i>Nullum Crimen, Nulla Poena Sine Lege Scripta</i>).....	64
4.5. Exigência de Lei Prévia (<i>Nullum Crimen, Nulla Poena Sine Lege Praevia</i>).....	67
Capítulo V – Lei Penal no Tempo	69
5.1. Objeto do Estudo.....	69
5.2. Abolição do Crime (<i>Abolitio Criminis</i>).....	71
5.3. Retroatividade da Lei mais Benigna (<i>Lex Mitior</i>).....	73
5.4. Combinação de Leis (<i>Lex Tertia</i>).....	77
5.5. Ultra-Atividade da Lei Penal (Lei Penal Excepcional ou Temporária).....	79
5.6. Questões Pontuais da Aplicação da Lei Penal no Tempo.....	81
5.6.1. Medidas de Segurança.....	81
5.6.2. Norma Penal em Branco.....	82
5.7. Tempo do Crime.....	83
Capítulo VI – Lei Penal no Espaço	87
6.1. Objeto do Estudo.....	87
6.2. Princípio da Territorialidade.....	88
6.3. Lugar do Crime.....	92
6.4. Aplicação Extraterritorial da Lei Penal.....	93
6.4.1. Hipóteses de Extraterritorialidade Incondicionada.....	94
6.4.1.1. Princípio da Defesa ou Real.....	94
6.4.1.2. Princípio da Justiça Penal Universal Aplicado ao Genocídio.....	95
6.4.2. Hipóteses de Extraterritorialidade Condicionada.....	97
6.4.2.1. Princípio da Justiça Penal Universal.....	97
6.4.2.2. Princípio da Nacionalidade.....	98
6.4.2.3. Princípio do Pavilhão ou da Bandeira.....	99
Capítulo VII – Lei Penal com Relação às Pessoas	101
7.1. Introdução.....	101
7.2. Imunidades Substanciais.....	103
7.3. Imunidades Formais.....	105
7.3.1. Imunidades Diplomáticas.....	106
7.3.2. Imunidades Consulares.....	110
7.3.3. Imunidades Parlamentares Formais.....	111
7.4. Extradicação.....	111
7.4.1. Conceito e Classificação.....	111
7.4.2. Casos de Impossibilidade de Extradicação.....	113
7.4.3. Requisitos da Extradicação.....	116

TÍTULO II – TEORIA DO CRIME

Capítulo VIII – Conceito de Crime	123
8.1. Conceito Criminológico e Jurídico de Crime.....	123
8.2. Conceito Material de Crime.....	125
8.3. Conceito Formal de Crime.....	128
8.4. Classificações do Crime	131
Capítulo IX – A Conduta Humana	135
9.1. A Conduta na Teoria do Crime.....	135
9.2. Evolução Dogmática do Conceito de Ação.....	136
9.2.1. Teoria Causalista da Ação	136
9.2.2. Teoria Finalista da Ação.....	138
9.3. Teoria Social da Ação.....	142
9.4. Considerações Críticas sobre as Teorias da Ação.....	143
9.5. Omissão	144
9.6. Comissão por Omissão (Omissão Imprópria).....	146
9.7. Ausência de Conduta.....	148
Capítulo X – Nexo de Causalidade	151
10.1. Apresentação do Tema.....	151
10.2. Teorias sobre o Nexo de Causalidade.....	152
10.2.1. Teoria da Equivalência das Condições.....	152
10.2.2. Teoria da Causalidade Adequada	154
10.3. Posição do Direito Brasileiro	155
10.4. Causalidade nos Crimes Culposos	158
Capítulo XI – Tipicidade	159
11.1. Conceito e Evolução da Tipicidade.....	159
11.2. Função de Garantia da Tipicidade.....	163
11.3. Análise do Tipo Penal.....	164
11.3.1. Sujeito Ativo.....	165
11.3.2. Sujeito Passivo	168
11.3.3. Objeto Material	169
11.3.4. Elementos do Tipo Penal.....	169
Capítulo XII – Tipo Comissivo Doloso	173
12.1. Conceito e Teorias do Dolo.....	173
12.2. Normatização do Dolo.....	174
12.3. Elementos do Dolo	176
12.4. Preterdolo	179
Capítulo XIII – Tipo Comissivo Culposo	181
13.1. Conceito e Teorias da Culpa	181
13.2. Espécies de Culpa.....	183

13.3. Formas de Cometimento do Crime Culposos	184
13.4. Requisitos da Culpa	186
Capítulo XIV – Antijuridicidade	189
14.1. A Antijuridicidade na Teoria Geral do Direito	189
14.2. Antijuridicidade como Essência do Crime	190
14.3. Antijuridicidade como Elemento do Crime	193
14.4. Antijuridicidade Formal e Material	197
14.5. Antijuridicidade Objetiva e Subjetiva	200
Capítulo XV – Exclusão de Antijuridicidade	203
15.1. Apresentação do Tema	203
15.2. Estado de Necessidade	204
15.2.1. Requisitos da Situação de Perigo	207
15.2.2. Requisitos da Ação Agressiva	210
15.3. Legítima Defesa	211
15.3.1. Repulsa a uma Agressão Injusta, Atual ou Iminente	212
15.3.2. Uso Moderado dos Meios Necessários	214
15.3.3. Direito Próprio ou de Outrem	215
15.3.4. <i>Animus Defendendi</i>	216
15.3.5. Legítima Defesa x Legítima Defesa Putativa	216
15.4. Estrito Cumprimento do Dever Legal	217
15.5. Exercício Regular de um Direito	218
15.6. Problemática do Consentimento do Ofendido	219
15.7. Excesso	220
Capítulo XVI – Culpabilidade	223
16.1. Conceito e Fundamentos da Culpabilidade	223
16.2. Evolução do Conceito de Culpabilidade	226
16.2.1. A Culpabilidade no Direito Penal Romano	226
16.2.2. Teoria Psicológica da Culpabilidade	228
16.2.3. Teoria Psicológico-Normativa da Culpabilidade	230
16.2.4. Teoria Normativa Pura da Culpabilidade	232
Capítulo XVII – Potencial Consciência de Antijuridicidade	235
17.1. Conceito de Consciência de Antijuridicidade	235
17.2. Classificação da Consciência da Antijuridicidade	237
17.2.1. Consciência da Antijuridicidade Formal	237
17.2.2. Consciência de Antijuridicidade Material	238
17.2.2.1. Consciência de Antijuridicidade como Consciência Ética	238
17.2.2.2. Consciência de Antijuridicidade como Agir Comunicativo	239
17.2.2.3. Consciência de Antijuridicidade como Valoração Paralela na Esfera do Profano	240
17.3. Colocação da Consciência da Antijuridicidade na Teoria do Delito	242
17.3.1. Teoria Estrita do Dolo	242

17.3.2. Teoria Limitada do Dolo	243
17.3.3. Teoria Estrita da Culpabilidade	244
17.3.4. Teoria Limitada da Culpabilidade	245

Capítulo XVIII – Imputabilidade	247
18.1. Conceito de Imputabilidade	247
18.2. Análise do Direito Brasileiro.....	248
18.3. Emoção e Paixão.....	253
18.4. Embriaguez.....	253
Capítulo XIX – Exigibilidade de outra Conduta e sua Exclusão	257
19.1. Conceito de Exigibilidade de outra Conduta.....	257
19.2. Inexigibilidade de outra Conduta.....	258
19.2.1. Obediência Hierárquica.....	260
19.2.2. Coação Moral Irresistível.....	261
Capítulo XX – Erro	263
20.1. Conceituação de Erro.....	263
20.2. Espécies de Erro segundo a Dogmática Penal.....	265
20.3. Erro de Fato e Erro de Direito.....	267
Capítulo XXI – Erro de Tipo e Erro de Proibição	273
21.1. Conceito de Erro de Tipo.....	273
21.2. Erro de Tipo Essencial e Erro de Tipo Acidental.....	274
21.3. Conceito de Erro de Proibição.....	275
21.3.1. Erro de Proibição Direto.....	280
21.3.2. Erro de Proibição Indireto versus Discriminantes Putativas Fáticas..	281
21.3.3. Erro Mandamental.....	283
21.4. Escusabilidade do Erro de Proibição.....	284
21.5. Inescusabilidade do Erro de Proibição.....	285
Capítulo XXII – Crime Consumado e Crime Tentado	287
22.1. Apresentação do Tema.....	287
22.2. Histórico da Tentativa.....	288
22.3. <i>Iter Criminis</i>	289
22.4. Requisitos da Tentativa.....	293
22.5. Punibilidade da Tentativa.....	294
22.6. Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.....	296
22.7. Crime Impossível.....	297
Capítulo XXIII – Concurso de Pessoas	301
23.1. Apresentação do Tema.....	301
23.2. Teorias sobre o Concurso de Pessoas.....	302
23.3. Requisitos do Concurso de Pessoas.....	304
23.4. Espécies do Concurso de Pessoas.....	304

23.4.1. Autoria.....	305
23.4.2. Participação.....	307
23.5. Cooperação Dolosamente Distinta.....	309
23.6. Formas Especiais de Autoria.....	309
23.7. Comunicabilidade das Circunstâncias....	310

TÍTULO III – TEORIA DA PENA

Capítulo XXIV – Conceito e Fins da Pena.....	315
24.1. Conceito de Pena.....	315
24.2. Fins da Pena.....	317
24.3. Espécies de Pena.....	320
Capítulo XXV – Penas Privativas de Liberdade.....	321
25.1. Formação do Conceito de Pena Privativa de Liberdade.....	321
25.2. Espécies de Penas Privativas de Liberdade.....	324
25.3. Regimes de Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade.....	326
25.4. Progressão e Regressão.....	329
25.5. Exame Criminológico.....	332
25.6. Regime Especial para as Mulheres.....	333
25.7. Trabalho do Preso.....	333
25.8. Remição.....	335
25.9. Detração.....	337
25.10. Superveniência de Doença Mental.....	338
25.11. Limite das Penas.....	339
Capítulo XXVI – Penas Restritivas de Direitos.....	341
26.1. Necessidade de Alternativas à Pena Privativa de Liberdade.....	341
26.2. Penas Restritivas de Direitos.....	342
26.3. Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas.....	345
26.4. Interdição Temporária de Direitos.....	347
26.5. Limitação de Fim de Semana.....	350
26.6. Prestação Pecuniária.....	351
26.7. Perda de Bens e Valores.....	353
Capítulo XXVII – Pena de Multa.....	355
27.1. Formação do Conceito da Pena de Multa.....	355
27.2. Sistema do Dias-Multa.....	357
27.3. Análise da Constitucionalidade da Pena de Multa.....	360
27.4. Hipóteses de Aplicação da Pena de Multa.....	361
27.5. Pagamento e Prescrição da Pena de Multa.....	363
27.6. Superveniência de Doença Mental.....	365

Capítulo XXVIII – Aplicação da Pena	367
28.1. Apresentação do Tema.....	367
28.2. Circunstâncias Judiciais: Histórico e Fundamento.....	369
28.3. As Circunstâncias Judiciais no Direito Penal Atual.....	372
28.4. Culpabilidade.....	374
28.5. Antecedentes.....	375
28.6. Conduta Social.....	377
28.7. Personalidade.....	378
28.8. Motivos.....	379
28.9. Circunstâncias e Consequências do Crime.....	380
28.10. Comportamento da Vítima.....	381
28.11. Circunstâncias Legais.....	381
28.11.1. Circunstâncias Agravantes.....	383
28.11.1.1. Hipótese do Inciso I: Reincidência.....	384
28.11.1.2. Hipótese do Inciso II, Alínea “a”.....	385
28.11.1.3. Hipótese do Inciso II, Alínea “b”.....	386
28.11.1.4. Hipótese do Inciso II, Alínea “c”.....	386
28.11.1.5. Hipótese do Inciso II, Alínea “d”.....	387
28.11.1.6. Hipótese do Inciso II, Alínea “e”.....	387
28.11.1.7. Hipótese do Inciso II, Alínea “f”.....	388
28.11.1.8. Hipótese do Inciso II, Alínea “g”.....	388
28.11.1.9. Hipótese do Inciso II, Alínea “h”.....	389
28.11.1.10. Hipótese do Inciso II, Alínea “i”.....	389
28.11.1.11. Hipótese do Inciso II, Alínea “j”.....	389
28.11.1.12. Hipótese do Inciso II, Alínea “l”.....	390
28.11.2. Circunstâncias Agravantes no Concurso de Agentes.....	390
28.11.2.1. Hipótese do Inciso I.....	391
28.11.2.2. Hipótese do Inciso II.....	391
28.11.2.3. Hipótese do Inciso III.....	391
28.11.2.4. Hipótese do Inciso IV.....	392
28.11.3. Circunstâncias Atenuantes.....	393
28.11.3.1. Hipótese do Artigo 65, Inciso I.....	393
28.11.3.2. Hipótese do Artigo 65, Inciso II.....	394
28.11.3.3. Hipótese do Artigo 65, Inciso III, “a”.....	395
28.11.3.4. Hipótese do Artigo 65, Inciso III, “b”.....	395
28.11.3.5. Hipótese do Artigo 65, Inciso III, “c”.....	395
28.11.3.6. Hipótese do Artigo 65, Inciso III, “d”.....	396
28.11.3.7. Hipótese do Artigo 65, Inciso III, “e”.....	396
28.12. Causas de Aumento e Diminuição da Pena.....	397
28.13. Aplicação da Pena no Concurso de Crimes.....	399
Capítulo XXIX – Incidentes na Execução da Pena Privativa de Liberdade	405
29.1. Objeto do Estudo.....	405
29.2. Livramento Condicional.....	405

29.2.1. Requisitos e Condições do Livramento Condicional.....	407
29.2.2. Revogação do Livramento Condicional	410
29.3. Suspensão Condicional da Pena.....	411
29.3.1. Requisitos do <i>Sursis</i>	412
29.3.2. Formas Específicas de Suspensão Condicional da Pena	414
29.3.3. Revogação do <i>Sursis</i>	416
29.3.4. Período de Prova	418
Capítulo XXX – Efeitos da Condenação, Reabilitação e Medidas de Segurança ..	419
30.1. Efeitos da Condenação	419
30.2. Reabilitação	424
30.3. Medidas de Segurança	428
Capítulo XXXI – Extinção da Punibilidade	433
31.1. Objeto do Estudo	433
31.2. Morte do Agente	435
31.3. Anistia, Graça e Indulto.....	436
31.4. Abolição do Crime.....	437
31.5. Decadência e Perempção	438
31.6. Renúncia do Direito de Queixa e Perdão do Ofendido	439
31.7. Retratação do Agente.....	440
31.8. Perdão Judicial	441
31.9. Prescrição	442
31.9.1. Prescrição da Pretensão Punitiva <i>in Abstracto</i>	444
31.9.2. Prescrição da Pretensão Punitiva Retroativa.....	446
31.9.3. Prescrição da Pretensão Punitiva Intercorrente.....	447
31.9.4. Prescrição da Pretensão Executória.....	448
31.9.5. Modificações Legais aos Prazos Prescricionais	448